



REQUERIMENTO Nº _____ de 2014

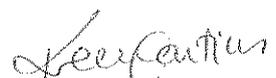
CPMI-PETRO
Requerimento
Nº 582/14

Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja REQUISITADA a transferência de cópia integral de todos os processos, documentos e demais informações relativas à construção da Refinaria Abreu e Lima, inclusive os alusivos a auditorias que tenham como objeto a referida refinaria.

Senhor(a) Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (art. 58 da CF/88), legais (art. 2º da Lei 1.579/52) e regimentais (art. 148 do Regimento Interno do SF), requeiro seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o pedido ora formulado de REQUISICÃO à Petrobras da transferência de cópia integral de todos os processos, documentos e demais informações relativas à construção da Refinaria Abreu e Lima, inclusive os alusivos a auditorias que tenham como objeto a referida refinaria.

2.6.14, das 15h15.


Keny Cristina R. Martins
Analista Legislativo
Mat. 221 664



JUSTIFICATIVA

Abreu e Lima é a primeira planta de refino construída no Brasil, depois da inauguração da Refinaria Henrique Lage (SP), em 1980. Internamente, foi batizada de “fábrica de diesel”, porque 70% de sua produção se dedica ao combustível.

Também conhecida como Refinaria do Nordeste – Rnest, o projeto teve sua implantação conduzida pelo ex-diretor de Refino e Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, suspeito de envolvimento com uma quadrilha de lavagem de dinheiro e também investigado pelo Ministério Público Federal do Rio de Janeiro por irregularidades na compra da refinaria de Pasadena.

A falta de detalhamento do projeto inicial da refinaria provocou uma avalanche de problemas. *“As estimativas de custos não representavam a realidade da obra, porque a Petrobras não contrata seus empreendimentos adotando as determinações da Lei de Licitações, que prevê o detalhamento no projeto executivo. A empresa usa o modelo de contratação integrada, com risco maior para o contratado”*, explicou o Secretário de Fiscalização de Obras de Energia e Saneamento do Tribunal de Contas da União (TCU), Eduardo Nery.

Os problemas começaram logo na obra de terraplenagem, onde o TCU comprovou um superfaturamento de R\$ 69,6 milhões. O resultado do relatório do Tribunal aponta que o valor original do contrato, assinado com o consórcio formado pelas



empreiteiras Camargo Corrêa, Galvão Engenharia, Queiroz Galvão e Odebrecht, saltou de R\$ 429,2 milhões para R\$ 534,2 milhões entre 2007 e 2011.

O órgão de fiscalização exigiu que a Petrobras cobrasse a devolução dos quase R\$ 70 milhões. Do total, a Petrobras recebeu R\$ 49,8 milhões, por meio de notas de crédito. *“Os R\$ 19,8 milhões ainda estão em análise, porque tanto a Petrobras quanto o consórcio ingressaram com recurso para que o valor restante não seja executado”*, afirma Eduardo Nery.

Com relação à mão de obra, a previsão inicial era de 10 mil operários na construção. A projeção de pico foi inflada para 28 mil e hoje já são 42 mil trabalhadores no canteiro. O aumento caracteriza a intenção de acelerar o descompasso no cronograma.

A ideia da Petrobras era processar o primeiro barril de petróleo em 2010, mas o novo cronograma aponta a operação dos primeiros módulos para janeiro deste ano e o restante para 2015. A refinaria enfrentou, ainda, tensões trabalhistas. Em agosto de 2012, o canteiro se transformou em campo de guerra, com sete ônibus incendiados, prisões e violência.

Em 2005, o falecido presidente da Venezuela, Hugo Chávez, lançou a pedra fundamental da Rnest e garantiu que a PDVSA (Petrolífera Venezuelana) seria sócia do empreendimento. Porém, a petrolífera estrangeira não conseguiu oferecer garantias financeiras para bancar 40% do investimento. Além de não ver a cor do dinheiro, a Petrobras se viu obrigada a investir 5% do total do



orçamento (US\$ 850 milhões) para adaptar o projeto, que previa o processamento de petróleo brasileiro e venezuelano.

O montante de aditivos a quatro contratos com empreiteiras que trabalham na refinaria, cujo total soma R\$ 836 milhões, chamou a atenção dos fiscais do TCU em uma auditoria feita nos livros da refinaria no ano passado — o tribunal realiza auditorias periódicas no projeto desde 2008.

Os quatro aditivos se referem às seguintes obras: Unidade de Coqueamento Retardado (UCR), a cargo do consórcio formado entre Camargo Corrêa e CNEC Engenharia; construção de tubovias (dutos por onde o petróleo e derivados passam), sob responsabilidade do Consórcio Ipojuca Interligações (CII), formado por Queiroz Galvão e Iesa; Unidade de Destilaria Atmosférica (UDA) e Unidade de Hidrotratamento de Diesel (UHDT), ambos a cargo do consórcio RNEST-Conest, formado por Odebrecht e OAS.

Ao que tudo indica, os projetos básicos dessas unidades foram deficientes, contendo grandes indefinições de dados de solos e das fundações. Não que o projeto básico tenha que ser preciso, mas aumento de quase 200% da demanda de estrutura metálica para as unidades, por exemplo, é algo que chama a atenção — disse o Secretário de Fiscalização de Obras de Energia e Saneamento do Tribunal de Contas da União (TCU).

A Petrobras disse em nota que *“o projeto básico é suficiente, elaborado com base em informações técnicas necessárias e de acordo com as normas técnicas pertinentes”*. A estatal disse que já



CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO
CPMI DA PETROBRAS

prestou todos os esclarecimentos ao TCU e que os problemas com a refinaria, como greves e necessidade de novas licitações, foram “lições aprendidas”.

A previsão da Petrobras é que as obras sejam concluídas até 2015. A Refinaria de Abreu e Lima teve orçamento inicial de US\$ 2,5 bilhões. A previsão é que ela seja concluída com investimento de US\$ 18,5 bilhões, segundo a própria estatal.

Ante o exposto, é necessária a transferência de cópia integral de todos os processos, documentos e demais informações relativas à construção da Refinaria Abreu e Lima, inclusive os alusivos a auditorias que tenham como objeto a referida refinaria.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2014.